

Capítulo I

Cauby Dantas

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

DANTAS,C. Capítulo I. In: *Gilberto Freyre e José Lins do Rego: diálogos do senhor da casa-grande com o menino de engenho* [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2015. Substractum collection, pp. 27-51. ISBN 978-85-7879-329-6. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

CAPÍTULO I

Organizar ruínas de antigas narrativas, as vozes do viver cotidiano anônimo; dialogar com a série literária e com os valores culturais de sua e de outras épocas, para daí compor sua experiência solitária, eis a tarefa do romancista (AMORIM, 2003, p. 20).

Textos e contextos

O sociólogo Octavio Ianni, em ensaio sobre a história do nascimento e consolidação da sociologia, tratou de colocar em destaque o potencial narrativo desta forma de abordagem. A sociologia seria, desde suas origens, inscritas nos textos dos grandes pensadores do século XIX – Comte, Durkheim, Marx, Weber – uma forma de expressão literária – “épica” – informada pelas narrativas de um grande drama: a gênese e o desenvolvimento do mundo moderno:

É possível constatar que algumas das principais obras da sociologia possuem também conotação artística, seja dramática seja épica, ou mesmo mesclando ambas. O modo pelo qual recriam, compreendem, explicam e fabulam a realidade social, em seus movimentos e impasses, encontros e desencontros, sugere algo nesse sentido. Sim, uma parte da sociologia apanha o Mundo Moderno como espetáculo. E o homem desse Mundo como personagem singular e coletivo, figura e figuração (IANNI, 1989, p.27).

Mesmo considerando-se o contexto de formação da sociologia, marcado pelos ideais epistemológicos de objetividade e cientificidade, a proposição de Ianni é pertinente. É, sim, possível, detectar essa dimensão nos temas e formas abordados pelos autores clássicos. A presença da literatura também marca-lhes o estilo. É, por exemplo, bastante conhecido o gosto de Marx por esse tipo de fonte, a que sempre recorria, citando à exaustão autores de que gostava, o que conferia ao seu texto uma beleza e um sabor não raras vezes incompatíveis com a aridez dos temas tratados. O mesmo poderá ser dito em relação a Max Weber.

Desde então – e legitimados por tão sábias vozes e penas – sociólogos de diversos quadrantes e tendências têm utilizado este tipo de documento em seus estudos acerca da interdependência, da cultura e das relações entre os homens. De tal forma que tornou-se algo axiomático falar-se das interseções entre literatura e ciências sociais. Alguns – é bem o caso de Gilberto Freyre – priorizam os aspectos expressivos do seu trabalho, visando uma maior força de comunicação nos resultados de suas pesquisas.⁵ É como se as coisas estivessem no mundo para serem escritas e tudo fosse uma questão de construir textos e intertextualidades.

Refletir sobre a interpenetração literatura-sociedade, o vínculo entre obra e ambiente significa, portanto, tentar relacionar textos e contextos, buscar surpreender a ocorrência dos aspectos sociais nas obras literárias e os níveis desta correlação. A literatura é uma forma de expressão artística que, pela transcendência e transfiguração, favorece a compreensão de realidades e cotidianos sociais, o que não oblitera suas intenções estéticas, expressas pela capacidade inventiva dos autores, na busca do belo e, também, nas emoções e sentimentos

5 Em *Como e porque sou e não sou sociólogo*, de 1968, Gilberto Freyre, exercitando sua imensurável vaidade, afirma: “Digo nome de escritor porque, afinal, é o que principalmente me considero: escritor. Escritor de sistemática formação científica, é certo, e esta de modo específico, a antropológica – a sociológica. Porém escritor a quem, talvez, não falem características literárias que lhe dêem direito senão ao título, a uma condição que só se atinge através da arte de escrever.” O trecho aqui citado encontra-se à página 115 da edição publicada pela editora da Universidade de Brasília.

e mobilizações eventualmente desencadeados pelas representações literárias.

A arte, e portanto a literatura, é uma transposição do real para o ilusório por meio de uma estilização formal, que propõe um tipo arbitrário de ordem para as coisas, os seres, os sentimentos. Nela se combinam um elemento de vinculação à realidade natural ou social, e um elemento de manipulação técnica, indispensável à sua configuração, e implicando uma atitude de gratuidade (CANDIDO, 2000, p. 47).

Antonio Candido destaca alguns momentos reveladores da confluência entre fatos sociais e as artes, particularmente a literatura: a posição social do artista; a configuração da obra (forma e conteúdo), que deixa transparecer as interferências que repercutem a posição social ocupada pelo autor; o público receptor. Nesta relação tríade – autor – obra – público – inscreve-se a substância sociológica da arte. Candido (2000, p.20) resume:

Sociologicamente, a arte é um sistema simbólico de comunicação inter-humana, e como tal interessa ao sociólogo. Ora, todo processo de comunicação pressupõe um comunicante, no caso o artista; um comunicado, ou seja, a obra; um comunicando, que é o público a que se dirige; graças a isso define-se o quarto elemento do processo, isto é, o seu efeito.

Delineia-se, assim, uma “interpretação dialeticamente íntegra”, onde os fatores externos – estrutura social, valores, ideologias, técnicas de comunicação – incidem sobre a composição dos textos, ao mesmo tempo em que se colocam, também, sob os impactos ou mudanças advindos das diversas maneiras pelas quais as obras são recebidas. A isto poder-se-ia chamar de eficácia social da literatura.

O crítico estabelece, portanto, os elementos constitutivos da relação. Este parece ser o momento inicial de uma reflexão que o levará à formulação de um conceito de literatura que, no escoamento dos anos, tornar-se-ia clássico:

A literatura é pois um sistema vivo de obras, agindo umas sobre as outras e sobre os leitores; e só vive na medida em que estes a vivem, decifrando-a, aceitando-a, deformando-a . A obra não é produto fixo, unívoco ante qualquer público; nem este é passivo, homogêneo, registrando uniformemente o seu efeito. São dois termos que atuam um sobre o outro, e aos quais se junta o autor, termo inicial desse processo de circulação literária, para configurar a realidade da literatura atuando no tempo (CANDIDO, 2000, p. 68).

No concernente aos propósitos da nossa leitura, tem-se aí uma elaboração conceitual que, pela organicidade conferida à literatura – “sistema vivo de obras, agindo uma sobre as outras” – parece válida à construção intertextual pretendida. Permite fazer interagir alguns textos de José Lins, acima delineados, com as matrizes temáticas do regionalismo de Gilberto Freyre que informam assuntos tais como decadência, tradição, região cultural, nostalgia, etc.

O conhecimento sociológico é construído sob exigências epistemológicas que passam pela relação sujeito-objeto, métodos, “objetividade” diante dos fatos sociais, elaboração de conceitos e teorias. São entraves à construção de textos com pretensões científicas e que, eventualmente, podem comprometer a capacidade inventiva e o exercício da imaginação sociológica. Um romancista – ainda que esteja sugestionado pelo elemento externo – não se coloca como tarefa a reconstituição ou reprodução a mais fiel possível da realidade. Em sua escrita podem ser contemplados desejos, aspirações, deformações da verdade efetiva, sem que isso altere o sentido de verossimilhança; pode, enfim, expressar ideias, utopias e fins. A reprodução documental do mundo pode até ser colocada como

objetivo – aspiração, por sinal, bastante legítima – mas não como algo ontológico do texto literário. Essa liberdade de transcendência e polissemia é destacada por vários autores. Mais uma vez, Candido (2000, p.13) afirma:

Esta liberdade, mesmo dentro da orientação documentária, é o quinhão da fantasia que às vezes precisa modificar a ordem do mundo justamente para torná-la mais expressiva; de tal maneira que o sentimento da verdade se constitui no leitor graças a esta traição metódica. Tal paradoxo está no cerne do trabalho literário e garante a sua eficácia como representação do mundo.

Bourdieu, em reflexão acerca da autonomia do “campo literário”, vê esta liberdade como seu elemento distintivo. A literatura se insinua e se credencia ante os leitores por sua capacidade de despertar nestes um “efeito de crença”:

A tradução sensível dissimula a estrutura, na forma mesma na qual a apresenta e graças à qual é bem-sucedida em produzir um efeito de crença (antes que de real). E é isso sem dúvida que faz com que a obra literária possa por vezes dizer mais, mesmo sobre o mundo social, que muitos escritos com pretensão científica. [...] O ‘efeito de real’ é essa forma muito particular de crença que a ficção literária produz através de uma referência denegada ao real designado que permite saber recusando saber o que ele é realmente. A leitura sociológica rompe o encanto (BOURDIEU, 1996, p.48).

Abolindo determinações, sujeições e limites característicos da existência social, a escrita parece querer “sobrevoar em pensamento o mundo social e seus conflitos” (BOURDIEU, 1996, p.43). Escrever seria como buscar um mundo novo:

Não há melhor atestado de tudo que separa a escrita literária da escrita científica do que essa capacidade, que ela possui exclusivamente, de concentrar e de condensar na singularidade concreta de uma figura sensível e de uma aventura individual, funcionando ao mesmo tempo como metáfora e como metonímia, toda a complexidade de uma estrutura e de uma história que a análise científica precisa desdobrar e estender laboriosamente (BOURDIEU, 1996, p.39).

Mas nem tudo é arbítrio. Entre o real e a sua transfiguração literária há limites, tensões. Escritor e texto colocam-se, com efeito, sob uma rede de interações onde se misturam situação de classe e a posição social ocupada, escolas e prestígio ou ausência deste, mídia, crítica literária, amizade ou inimizade com o editor do suplemento dominical, partidos, ideologias, compromissos. Como, então, diferenciar as coisas, realidade e imaginação, o feijão e o sonho?

A matéria do artista mostra assim não ser informe: é historicamente formada, e registra de algum modo o processo social a que deve a sua existência. Ao formá-la, por sua vez, o escritor sobre põe uma forma a outra forma, e é da felicidade desta operação, desta relação com a matéria pré-formada – em que imprevisível dormita a História – que vão depender profundidade, força, complexidade dos resultados (SCHWARZ, 2000, p.31).

No caso particular de um autor como José Lins do Rego, cujos romances já foram considerados como sendo “muito mais do que um documento sociológico” (REGO, 1994, p. XVII), as fronteiras entre memória e ficção são tênues. Trabalha-se aqui, portanto, com o incerto. É este um limite, um preço a pagar pelo uso da literatura como fonte.

Outro estudioso das correlações entre literatura e sociedade, José Edílson de Amorim, ao abordar a evolução da forma romanesca em geral e, em particular, a trajetória e consolidação do romance romântico brasileiro, no século XIX, aponta os liames entre texto e contexto como elemento estruturante da literatura sendo, no caso do romance, sua vocação:

Na sua linha de evolução, o romance foi sempre marcado por uma vocação peculiar: seu vínculo com a realidade social. Esse percurso, no entanto, não se deu sem percalços. Assim, podemos constatar entre romance e sociedade uma história de pactos e conflitos a que bem se poderia denominar de as relações perigosas (AMORIM, 2003, p.20).

São estas “relações perigosas” que este autor busca compreender, situando-as na dinâmica social do século XIX brasileiro – marcado pela crise da dominação senhorial, pelo liberalismo de fachada das nossas elites, a persistência da escravidão e movimento abolicionista, crescimento de cidades – e como, nesta configuração, começa a ser estabelecido um pacto entre jornais, romances e leitores. E de como tudo isso vai ser representado na obra de Joaquim Manuel de Macedo, Manuel Antônio de Almeida e José de Alencar. Trata-se, em verdade, de um bonito exemplo de como se estudar a história de uma sociedade a partir de alguns dos seus principais romancistas.

Seja com o “efeito de crença”, de Bourdieu, ou com o “verossímil das relações sociais”, de Edílson de Amorim, são os momentos reveladores da ação concreta dos fatos sociais sobre a literatura que vêm a lume. Daí a recorrência, nestes e em outros estudiosos, de termos como liberdade, vínculos, tensão, confluência, função.

As considerações precedentes colocam em relevo as potencialidades do uso da literatura como documento. Há, no entanto, uma tradição nominalista, retórica, que nega as possibilidades deste diálogo e, por extensão, a sua validade epistemológica. Foucault, por exemplo, chega a afirmar: “Não há uma única passagem de uma

obra que possa ser considerada extraída da realidade cotidiana” (MACHADO, 2001, p.144). O pressuposto aqui é a ideia da impossibilidade mesmo de se recriar a realidade, seja pela via literária ou por qualquer outra.

Roland Barthes, importante autor francês, identifica na linguagem o ser da literatura, a sua ontologia. A linguagem constitui o homem. Portanto, o escritor não antecede o texto: nasce com ele. Ganham relevo aqui as noções de texto – entendido como um emaranhado de citações, pois nada é original – e de leitor, o receptor das “escrituras múltiplas” que informam os textos: “O leitor é o espaço mesmo onde se inscrevem, sem que nenhuma se perca, todas as citações de que é feita uma escritura; a unidade do texto não está em sua origem, mas no seu destino” (BARTHES, 2004, p.64).

Por falar em citações, há um trecho do livro aqui abordado que nos parece expressar lapidarmente todo o ceticismo deste autor em relação ao potencial mimético da literatura:

Para a literatura [...] a linguagem já não pode ser o instrumento cômodo ou o cenário luxuoso de uma “realidade” social, passional ou poética que preexistiria a ela e que, subsidiariamente, teria a incumbência de exprimir, mediante a sua própria submissão a algumas regras de estilo; a linguagem é o ser da literatura, seu próprio mundo: toda a literatura está contida no ato de escrever, e não mais no de “pensar”, de “pintar”, de “contar”, de “sentir” (BARTHES, 2004, p. 5).

Com efeito, o autor em questão é difícil e vertiginoso é o seu texto. Aqui, a perplexidade e incompreensão exigem que se faça uma leitura de ritmo lento.

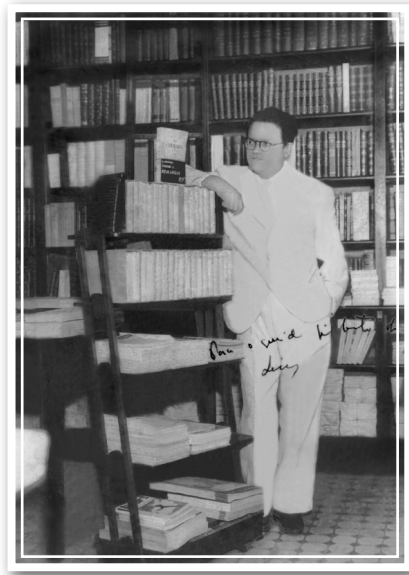


FOTO 2 - autografada “Para o querido Gilberto de Lins”

FONTE - Acervo da Fundação Gilberto Freyre. Recife -PE

Voltemos, então, àquela afirmação inserta no trecho acima transcrito e que é feita sob medida para o desconcerto dos olhos e mente do leitor – é bem o caso – eternamente envolto pela sensação de insegurança característica das primeiras leituras: “Toda a literatura está contida no ato de escrever, e não mais no ato de ‘pensar’[...]”. Do alto de nossa perplexidade ficamos a imaginar como será possível tal separação entre palavras e coisas: como escrever sem pensar ou sentir ou querer dizer alguma coisa? Barthes está a sugerir – é o que nos parece – um cisma, a ruptura profunda entre o viver e o contar.⁶ Julgamos que tal ruptura, em sendo possível, simplesmente tornaria inviável qualquer aventura em torno da literatura, conquanto faltar-lhe-iam

6 *Viver para contar*: eis o título de um livro do escritor colombiano Gabriel García Márquez. Trata-se de um belo exercício de memória onde o viver, o sentir e o contar fundem-se, magistralmente, em um texto que desnuda uma vida dedicada à literatura, ao jornalismo, ao cinema. García Márquez revela as bases reais e os acontecimentos idos e vividos que forneceram o solo, a régua e o compasso para a composição de temas e personagens dos seus romances.

matérias, temas, conteúdos. Ou seja: morreria de inanição. Barthes nega, ainda, a possibilidade – seria inútil – de se buscar fontes, origens, filiações e influências de uma obra.

Poderíamos arriscar uma pergunta: a que necessidades corresponde o texto literário? Aqui, como antes, as respostas possíveis são múltiplas. Umberto Eco nos diz que a literatura, “este bem imaterial”, nos ajuda a constituir nossos patrimônios coletivos, dentre eles a língua que falamos, a nossa identidade e a nossa comunidade. Além disso, respeitadas as intenções de cada texto, funcionaria como um convite à liberdade: “As obras literárias nos convidam à liberdade da interpretação, pois propõem um discurso com muitos planos de leituras e nos colocam diante das ambiguidades e da linguagem e da vida” (ECO, 2003, p.12).

A literatura pode, ainda, ser uma aliada do sociólogo (e também do historiador) por sua capacidade de fazer “reviver” formas pretéritas de sociabilidade. Não se trata de buscar o tempo que talvez nem tenhamos perdido. Mas de nos auxiliar a olhar e identificar, em nossos cotidianos, as marcas, os hábitos, as mentalidades, os modos de vida que, ainda que não percebamos, nos chegam de outros tempos, imemoriais, e estendem suas sombras sobre nossas existências como se fora um fantasma sociológico. Não há como mensurar, na justa forma, o quanto somos marcados por essas reminiscências. A capacidade mnemônica da literatura revela-se, aqui, de grande força não apenas cognitiva, mas, também, afetiva. Quem já leu autores como José Lins do Rego ou Marcel Proust certamente terá experimentado essa sensação de encontro do passado no presente.

É só no romance assim como nas formas épicas mais próximas dele que intervém a recordação criadora capaz de apreender o próprio objeto e de o transformar. O que faz dessa memória uma realidade autenticamente épica, é a sua aceitação do processo vital, na própria vida. O sujeito pode aqui superar a disjunção entre a interioridade e o mundo exterior no caso de considerar a unidade orgânica da sua vida inteira como a realização

progressiva do seu presente vivo a partir de um passado cujo fluxo é condensado pela recordação (LUKÁCS, p.149).

Sevcenko (2003, p.29) faz belas reflexões em torno da substância social da literatura e de seu potencial enquanto documento. Nem reflexo, nem autonomia, é uma atividade, a literária, que se abre para um campo de possibilidades, para o vir-a-ser.

Se a literatura moderna é uma fronteira extrema do discurso e o prosclênio dos desajustados, mais do que o testemunho da sociedade, ela deve trazer em si a revelação dos seus focos mais candentes de tensão e a mágoa dos aflitos. Deve traduzir no seu âmago mais um anseio de mudança do que os mecanismos da permanência. Sendo um produto do desejo, seu compromisso é maior com a fantasia do que com a realidade. Preocupa-se com aquilo que poderia ou deveria ser a ordem das coisas, mais do que com o seu estado real.

É hora de encerrarmos o ponto, por sinal, já bastante alongado. Diríamos que há entre os adeptos da mimesis absoluta e aqueles que a negam, um desencontro e uma excludência que parecem infinitos. É o que esperamos ter ficado evidente.

Eis que intervém no debate o historiador paraibano Gervácio Batista Aranha. Em interessante reflexão sobre a mimesis e suas relações com os chamados novos paradigmas da historiografia – micro-história italiana, história cultural americana, história social inglesa, dentre outros – este autor quer encontrar uma, segundo suas próprias palavras, “terceira via”, um “meio termo” que aproxime os dois campos beligerantes. Assim, propõe um repensar da mimesis e do “papel da representação nas ciências humanas”. No lugar da utópica objetividade desejada pelo positivismo – que tinha por corolário a sacralização do documento – ou, no campo oposto, o ceticismo pós-estruturalista – centrado nas ideias de crise da razão e da incognoscibilidade das coisas vividas, a não ser como práticas

discursivas – este historiador desenvolve sólidos argumentos na busca do meio termo já referido, e que, conforme acredita, reside na “noção de verdade expressa em termos de verossimilhança”. Com efeito, em torno dos “fatos sociais”, nenhuma interpretação seria definitiva, completa, a única “verdadeira”; o conhecimento, construído, parcelado, colocar-se-ia sempre sob uma “perspectiva de plausibilidade” (ARANHA, 2004, p.7). Na construção do conhecimento temporalmente situado, o uso da ficção é não apenas possível como também, para Gervácio, desejável, até em função de suas capacidades lúdicas e expressivas. Desde que este tipo de fonte não seja tomado como cópia fiel, objetiva e definitiva dos processos sociais e históricos para cuja compreensão pode contribuir. A sua hipótese é, já, uma conclusão, um juízo:

As propostas excludentes, do tipo ou nomos ou physis, são epistemologicamente limitadas. E são limitadas porque se é um fato que nenhuma narrativa histórica – hipótese válida para os demais gêneros narrativos, inclusive o ficcional – é capaz de reconstituir a experiência temporal em toda sua extensão e complexidade, também é um fato que nenhuma forma narrativa é completamente autônoma, sem qualquer vínculo extralinguístico (ARANHA, 2004, p. 2).

E no caso desta outra forma de conhecimento, a sociologia, qual seria a sua função? Em termos bem genéricos: sendo narradora e personagem do mundo moderno, seu grande assunto, certamente vem contribuindo para a sua compreensão. E quais seriam os efeitos de suas descobertas e invenções? Uma possível resposta aqui reside na noção de “dupla hermenêutica”, de Anthony Giddens, importante narrador contemporâneo dessa história. Preocupado com a questão da validade prática dos conceitos gerados pela sociologia, este autor afirma: “A ciência social preocupa-se com os agentes que geram e inventam conceitos, que teorizam sobre o que fazem, bem como sobre as condições nas quais praticam seus atos” (GIDDENS, 2001, p.111). O autor acredita na “consciência prática”, na capacidade dos agentes humanos

de interpretar o sentido das interações que estabelecem. Portanto, entre a teoria e a prática percebe um movimento, que vai chamar de “reflexividade”, onde se manifestariam os impactos práticos (efeitos) das ciências sociais. Por este ângulo, por exemplo, noções como cidadania, soberania, sociedade civil, movimentos sociais – todas elas engendradas pela reflexão das ciências sociais – seriam subjacentes e consubstanciariam as ações concretas dos agentes, ainda que estes nem sempre tenham o domínio, digamos, técnico, sobre elas. Dito de outra forma: os conceitos, instrumentos de compreensão, ao exercerem e receberem influências da e sobre a realidade, teriam, nesta “dupla hermenêutica”, seus significados alterados, ganhando assim uma eficácia prática que em muito viria a ampliar os sentidos que tinham quando teoricamente formulados. Efetivamente, a ideia de reflexividade vem trazer um sopro de vitalidade à sociologia, num momento em que tanto se fala de sua crise e da fragmentação do seu objeto.

Assim, inevitavelmente, os conceitos introduzidos pelas ciências sociais tornam-se componentes familiares nas teorias e práticas de atores sociais leigos e não permanecem adstritos a um discurso profissional. A ciência social não assume uma posição de neutralidade em relação ao mundo social, como um instrumento de transformação sociológica; o trabalho crítico não pode se limitar à crítica de falsas crenças leigas. As implicações da dupla hermenêutica residem no fato de que os cientistas sociais não podem deixar de permanecer alertas aos efeitos transformadores que seus conceitos e teorias possam porventura produzir sobre aquilo que se propuseram a analisar (GIDDENS, 2001, p. 113).

Lembremo-nos das formulações de Antonio Candido, aqui citadas, quando este autor nos alerta para os efeitos da literatura e de suas confluências com o meio externo. O que nos propomos é contribuir

para uma melhor compreensão destes efeitos e daquela reflexividade a partir dos registros do sociólogo e do romancista aqui interpelados.



FOTO 3 - Gastão Cruz, José Lins e Gilberto Freyre. Déc. 1940

FONTE - Acervo da Fundação Gilberto Freyre. Recife – PE

O intelectual orgânico da Casa-grande

Gilberto Freyre é, em nossos dias, a mais eloquente expressão desta consciência culposa orientada a idealizar a família patriarcal e as relações inter-raciais a fim de ocultar suas lealdades classistas à oligarquia patriarcal (RIBEIRO, 1987, p. 157).

Começamos, então, por analisar a dimensão política da obra de Gilberto Freyre. Neste sentido, as reflexões aqui propostas têm como objetivo fulcral construir uma articulação entre alguns aspectos conceituais da obra do teórico marxista italiano Antonio Gramsci (1898-1937) e os significados político-ideológicos expressos pelo regionalismo do sociólogo e escritor pernambucano. Em termos diretos,

busca-se mensurar e “ler” os impactos obtidos por este autor na cultura brasileira, à luz das noções gramscianas de intelectual orgânico e hegemonia.

Gilberto Freyre é um caso interessante de desencontro entre forma e conteúdo. É moderno, faz emergir na nossa cultura uma plêiade de fontes e temas sequer imaginados. Outro mérito deste autor – que se considerava, acima de qualquer coisa, um escritor – foi o de promover uma junção criativa entre literatura e ciência social. Deu-nos uma demonstração de que o texto com pretensões “científicas” não precisa ser chato ou mal escrito. Escrevia muito bem e este mérito jamais lhe foi negado. A sua escrita é caudalosa, sensual, coloquial. E prazerosa.

No entanto, usou toda esta modernidade (e sensibilidade) para saudar e fazer reviver formas pretéritas de sociabilidade. Talvez neste desencontro – é uma hipótese a ser perscrutada – residam as suas ambiguidades e imprecisões. Sua obra seria, neste sentido, um exemplo do “equilíbrio de antagonismos” que tantas vezes afirmou ser a marca característica da formação social brasileira.

Delimitando-se os conteúdos, trata-se aqui de apresentar o regionalismo *freyriano* como expressão intelectual, “orgânica”, de uma sociabilidade em crise, a do mundo dos engenhos do Nordeste. Sua militância em torno da organização de um movimento regionalista nordestino – a partir dos anos vinte do século passado – e a posterior publicação de obras que sistematizam teoricamente aquele proselitismo, parecem informar uma brilhante resposta intelectual à crise vivenciada pelas oligarquias nordestinas às quais, diga-se, sempre esteve politicamente atrelado. É sob esta perspectiva, a de quem busca construir uma historicidade para uma região em crise, que o “mestre de Apipucos” pode ser considerado o “intelectual orgânico” da casa-grande.

Acompanhando-se a história das ideias talvez se possa dizer que os autores e os textos por eles produzidos, ainda quando considerados clássicos, expressam e reverberam discursos e visões e conflitos característicos do seu tempo, trazendo inscritas nas suas páginas, na sua alma e no seu corpo, as marcas culturais da época e do espaço que lhes foram dados por palco. Poucos autores são, com efeito, tão marcados por suas circunstâncias quanto Gilberto Freyre. O seu livro

Nordeste, de 1937, expressa bem essa vinculação. Muito do encantamento provocado por esta obra deve-se, certamente, à completa adesão e empatia demonstradas por seu autor em torno dos temas que faz emergir.

Hegemonia e intelectuais

O conceito de hegemonia recobre a totalidade das relações sociais. Pode-se afirmar que essa categoria, central para Antonio Gramsci, permite-lhe ampliar as noções marxistas de política e de Estado:

O conceito de hegemonia, finalmente, representa talvez a contribuição mais importante de Gramsci à teoria marxista. Hegemonia é o conjunto das funções de domínio e direção exercido por uma classe social dominante, no decurso de um período, sobre outra classe social e até sobre o conjunto das classes da sociedade. A hegemonia é composta de duas funções: função de domínio e função de direção intelectual e moral, ou função própria de hegemonia (MOCHCOVITCH, 1992, p. 20-21).

Elemento estruturante da realidade social – centro e alvo da disputa política – a hegemonia “investe o terreno das relações sociais ampliando e definindo os sujeitos destas relações” (NASCIMENTO, 1983, p.40). Esta percepção da multiplicidade dos espaços sociais atravessados pela hegemonia, sua “universalidade”, se faz sentir, concretamente, nas interações entre grupos sociais, no interior de instituições como escola, Estado, igreja, etc. Está presente nas relações interinstitucionais, nas relações entre regiões – aqui Gramsci pensa especificamente nas desigualdades entre as regiões norte e sul da Itália, a chamada “questão meridional” – e também nas relações e disputas entre os Estados-nações.

Conceitos como hegemonia, sociedade civil, bloco histórico, correlação de forças, guerra de posição e guerra de movimento conferem à

política uma posição central na reflexão de Gramsci. Aqui os conflitos não são exclusividade da luta de classes. São identificadas, também, disputas hegemônicas de natureza artística, econômica, regional, militar, cultural, etc. Ou seja: a teoria ampliada do Estado – sociedade política + sociedade civil – permite ao pensador italiano promover um deslocamento epistemológico fundamental para a renovação da cultura marxista no século vinte. O autor dos *Cadernos do Cárcere*, teórico da superestrutura, conhece um momento histórico onde parece efetivamente ocorrer uma “socialização da política”, expressa no aparecimento de novos atores e processos ligados à sociedade de massa tais como: grandes partidos políticos, sindicatos, imprensa, editoras, universidades, o sufrágio universal, revolução bolchevique, ascensão do fascismo, etc. Sendo, como foi, um intelectual militante, é evidente que suas reflexões haveriam de ser marcadas por essa efervescência. Certamente esse contexto, em que novas “correlações de forças” estavam sendo demarcadas e cujos desdobramentos farão milhões de vítimas, dentre elas, o próprio pensador italiano, vai ser fundamental para a valorização do momento superestrutural por ele empreendida.

Outro momento fulcral da análise *gramsciana* diz respeito às suas considerações acerca do papel dos intelectuais na sociedade moderna. Aqui, dois aspectos parecem ganhar relevo. Como no caso anterior – em relação ao conceito de hegemonia – também se verifica uma ampliação de conteúdos e espaços. Gramsci, com efeito, ultrapassando os limites de uma, digamos, visão iluminista, vai redimensionar o significado da função intelectual: “Em qualquer trabalho físico, mesmo no mais mecânico e degradado, existe um mínimo de qualificação técnica, isto é, um mínimo de atividade intelectual criadora” (1982, p.7).

Como desdobramento lógico desta percepção do sentido da atividade intelectual tem-se que: “Todos os homens são intelectuais, poder-se-ia dizer então: mas nem todos os homens desempenham na sociedade a função de intelectuais” (GRAMSCI, 1982, p.7).

Concomitante a esta ampliação da categoria dos intelectuais, o autor sardo empreende uma reflexão – eis o segundo aspecto acima referendado – acerca das vinculações sociais do grupo. Este exercício permite identificar a organicidade do grupo intelectual e o seu papel. Dito de outra forma, trata-se de uma formação, a do intelectual, que se faz de forma vinculada às concepções e interesses de

grupos sociais específicos e que disputam a hegemonia com outros grupos e classes. Esta vinculação orgânica delimita e informa a atividade intelectual:

Cada grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, de um modo orgânico, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e no político (GRAMSCI, 1982, p. 3).

Eis aí, em síntese, o conteúdo sociológico (e político) do conceito de intelectual orgânico.

As considerações até aqui têm por objetivo tornar evidentes as implicações político-ideológicas das categorias de hegemonia e intelectual orgânico. É chegado o momento de tentar uma conexão destes aspectos teóricos com a obra de Gilberto Freyre. Nesta empreitada, que é a de situar Gilberto Freyre como intelectual orgânico da casa-grande e do mundo dos engenhos, nos deixaremos conduzir por dois eixos temáticos bem delimitados.

Trata-se de, num primeiro instante, interpelar os significados e conteúdos da noção de cultura veiculada pelo intelectual pernambucano, com especial realce para a ideia de “equilíbrio de antagonismos”, ideia e expressão recorrentes na obra *freyriana*. No próximo capítulo, será feita uma breve apresentação dos temas constitutivos do seu regionalismo, através da exposição e da análise dos textos mais intensamente marcados pelas circunstâncias e pelos conteúdos deste ideário.

O Olhar Senhorial

Trata-se agora de tentar explicitar as vinculações orgânicas de Gilberto Freyre e sua obra com as formas de sociabilidade pretéritas

mencionadas alhures. Por este caminho, intenciona-se encontrar os elementos constitutivos da visão senhorial que, ademais, expressariam o lugar social ocupado pelo nosso autor. Sabe-se, desde Gramsci, que os intelectuais não formam um grupo à parte, constituído por espíritos iluminados que, produtores e detentores do saber, estariam acima dos interesses e antagonismos políticos ou de classes. Em verdade, as coisas são muito diferentes e a função (papel) social dos intelectuais expressa os dramas e conflitos, opções, concepções e alternativas de sua época:

Não terá sido por acaso, aliás, que uma das melhores formulações teóricas de todos os tempos sobre o papel do intelectual proveio de um pensador engajado, como Gramsci, para quem os intelectuais constituem a expressão social concreta do vínculo orgânico entre estrutura e superestrutura (MOTA, 1990, p.285).

Seria interessante situar o momento em que ganha visibilidade e realce esta construção ideológica que, segundo Carlos Guilherme Mota, é “a ideologia mais forte do século XX brasileiro” (MOTA, 2000, p.3).

Voltemos, portanto, ao começo dos anos trinta do século passado. Veremos aí um momento de crise, assinalado por uma transição que vai impregnar os grandes paradigmas explicativos da cultura brasileira que surgem exatamente neste instante, em livros de autores como Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Júnior. Trata-se da lenta substituição do modelo agrário-exportador – de raízes imemoriais, fincadas no solo da colonização portuguesa do Brasil – por um modelo urbano-industrial que condensa as transformações em curso desde meados do século XIX: fim do trabalho escravo, chegada dos imigrantes europeus, diversificação da economia, instauração da República, crescimento das cidades, etc. São mudanças, estas, que refletem a gradativa ruptura com aquela herança rural. Sintoma desta passagem é a crise vivenciada pelas oligarquias, desde sempre dominantes, que assistem, impotentes e saudosas, à ruína das bases de

um poder que lhes parecia eterno. A decadência é expressa no fim da “República Velha” (1889-1930), na Revolução de trinta, no enfraquecimento de formas tradicionais de dominação – o coronelismo – e pela emergência política de grupos urbanos que irão, nas décadas seguintes, redimensionar o papel do Estado no processo de modernização capitalista do país.

É sob estas circunstâncias que Gilberto apresentará a sua obra mais importante. Lançado em 1933, o livro *Casa-grande & senzala* terá, de imediato, uma grande repercussão. Apresentando uma linguagem nova, que unia literatura e ciência social, significa um avanço em relação às explicações do país feitas até então. É enorme a fortuna crítica gerada por este livro. Portanto, não iremos aqui fazer mais uma resenha ou apresentação. Move-nos apenas o interesse de surpreender, no seu interior, algumas teses centrais que conduzem a longa exposição. São pontos que consubstanciam uma visão da cultura brasileira, um “olhar senhorial” que vai, neste momento de crise, empreender um talentoso mergulho em busca das origens e das raízes do mundo que o português criou. Que vai em busca do tempo e do fausto perdidos.

O nosso autor apresenta uma visão positiva da miscigenação. Esta teria agido no sentido de corrigir a distância social entre a casa-grande e a senzala. E aqui, cabe uma indagação: teria sido esta valorização da miscigenação o ponto de partida para a construção de uma visão idílica da nossa formação, pintada como exemplo de “democracia racial” e de contemporização? Pelo menos esta é a crítica mais violenta e constante feita a Gilberto Freyre. É uma crítica que faz sentido, ainda que expresse, aos nossos olhos, uma meia-verdade.

Em suas ambiguidades e imprecisões, Gilberto Freyre parece o tempo todo querer convencer seus leitores de que, na formação da sociedade brasileira, combinaram-se os mais profundos desequilíbrios com os mais duradouros ajustamentos, a violência mais hedionda – por exemplo, a escravidão – com a doçura dos afetos e contatos corporais. O céu e o inferno.

Importa aqui destacar que esta visão positiva da miscigenação representa um alívio para as oligarquias em crise. Gilberto Freyre lhes propicia a consciência histórica – lastreada em conhecimentos sociológicos e antropológicos – de que necessitam para enfrentar os

novos e difíceis tempos. Culpas são atenuadas. O nosso subdesenvolvimento não seria apenas resultante dos “pecados originais”, inscritos ao longo da nossa formação. Pelo contrário. A colonização portuguesa do Brasil – apesar de todos os seus males, reconhecidos pelo autor – parece ter engendrado um novo homem, mestiço, que, desde que lhes sejam dadas condições, pode vir a ser um elemento decisivo na superação daquele subdesenvolvimento.

Outro elemento constitutivo desta visão senhorial da cultura brasileira reside na ampliação dos espaços e funções atribuídos à família patriarcal, considerada como sendo o centro de irradiação cultural (e social) da colonização lusitana no Brasil. Gilberto Freyre, reconhecidamente prolixo, vai reiterar incansavelmente esta centralidade da família e da residência patriarcais:

A família, não o indivíduo, nem tampouco o Estado nem nenhuma companhia de comércio, é desde o século XVI o grande fator colonizador no Brasil, a unidade produtiva, o capital que desbrava o solo, instala as fazendas, compra escravos, bois, ferramentas, a força social que se desdobra em política, constituindo-se na aristocracia colonial mais poderosa da América. Sobre ela o rei de Portugal quase que reina sem governar (FREYRE, 1997, p.18-19).

A presença marcante da família na obra *freyriana* é destacada por vários dos seus críticos e estudiosos:

Obras como *Casa-Grande & Senzala*, produzida por um filho da República Velha, indicam os esforços de compreensão da realidade brasileira realizados por uma elite aristocratizante que vinha perdendo poder. [...] E, posto que o contexto é de crise, resulta o desnudamento da vida íntima da família patriarcal, a despeito do tom valorativo, em geral positivo, emprestado à ação

do senhoriato colonizador, ação que se prolonga, no eixo do tempo, da colônia até o século XX, na figura de seus sucessores, representantes das oligarquias (MOTA, 1990, p.58).

Aqui chega-se ao cerne do olhar senhorial, inscrito numa elaboração axiológica que “olha” o Brasil e suas origens a partir da varanda da casa-grande. Ao retratar a nobreza e a grandeza dos patriarcas e de suas residências, o antropólogo quer recuperar – e ao mesmo tempo nos fazer lembrar – o passado glorioso da região que ora debate-se em uma crise que parece sem fim.

São temas e enfoques que expressam a posição social do autor, intelectual moderno, mas comprometido com a velha ordem. Neste sentido, é interessante lembrar que, quando eclode a Revolução de 30, Gilberto Freyre está no epicentro das disputas políticas de seu Estado, Pernambuco. Na condição de secretário particular do governador Estácio Coimbra, deposto pelo movimento revolucionário, o nosso autor vai provar as agruras destinadas aos vencidos. Seu grande livro de 1933 é aberto com uma lembrança daquele momento: “Em outubro de 1930 ocorreu-me a aventura do exílio”.

O “Equilíbrio de Antagonismos”

“Equilíbrio de antagonismos”: eis a ideia emblemática, expressão eivada de significados metodológicos, políticos e intelectuais. Emblemática e recorrente. Talvez a ideia mais constante a circundar toda a obra *freyriana*. Em *Casa-grande & senzala*, para ficarmos apenas com o seu texto mais famoso, nitidamente pontua toda a reflexão, clivando, com sua presença, todos os padrões de sociabilidade ali interpelados, da religião à língua portuguesa, passando pela culinária, pelas relações entre pais e filhos, senhores e escravos, pela correção dos excessos e desmandos da casa-grande em suas relações com a senzala, etc. É uma obsessão de Gilberto Freyre, um desejo assumido: “A força, ou antes, a potencialidade da cultura brasileira parece-nos residir toda na riqueza dos antagonismos equilibrados” (FREYRE,

1997, p.335). As críticas e elogios, os afetos e desafetos, discípulos e detratores que o nosso autor conhece ao longo de sua trajetória são, em grande medida, frutos das diferentes recepções que a noção de “equilíbrio de antagonismos” conhecerá desde sua formulação original, em 1933. A sua presença no processo de construção e explicação da cultura brasileira tem aí um dos principais aportes: “Considerada de modo geral, a formação brasileira tem sido, na verdade, como já salientamos às primeiras páginas deste ensaio, um processo de equilíbrio de antagonismos. Antagonismos de economia e de cultura” (FREYRE, 1997, p.53).

Basta lembrar, de passagem, a disputa pela hegemonia das interpretações do Brasil travada entre o “mestre de Apipucos” e a chamada Escola Paulista de Sociologia/ USP – de orientação *marxista*, organizada em torno do sociólogo Florestan Fernandes. Fundamental, aliás, para a consolidação da moderna ciência social brasileira, este debate entre “grandes intelectuais” – no sentido sugerido por Gramsci, de “criadores” de concepções de mundo – busca mensurar (e avaliar) qual teria sido a contribuição de cada um dos competidores para a interpretação e compreensão da sociedade brasileira.

Quem teria formulado a única e verdadeira interpretação da formação social do Brasil? Quem foi capaz de nos dizer o que somos? Quem melhor apreendeu nosso significado estruturador? Nosso “ethos”? Disputa-se, logo se percebe, o trono de intérprete do Brasil. Sem esta interpretação, dificilmente podemos entender nosso passado e construir o futuro. As relações entre Gilberto e a USP se estabeleceram e podem ser entendidas como disputa teórica sobre esta questão fundamental – quem somos nós? (FALCÃO; ARAÚJO, 2001, p. 131).

O “equilíbrio de antagonismos” e a disputa teórica acima levemente interpelados seriam, na reflexão aqui proposta, ilustrativos das vinculações orgânicas dos grupos intelectuais imersos numa disputa pela hegemonia cultural e política.

A disputa, em muitos momentos, acirrada, foi potencializada por injunções políticas. Autores e obras serão avaliados e lidos em função de suas militâncias e posições político-partidárias, ao sabor das conjunturas. Em relação a Gilberto Freyre, o impacto modernizador das obras dos anos 1930 – principalmente *Casa-grande & senzala*, *Sobrados e mucambos* e *Nordeste* – será redimensionado. É claro que o apoio dado pelo escritor pernambucano aos governos militares no pós-64 terá um peso decisivo nesta reavaliação. Os jovens discípulos paulistas de Florestan Fernandes – opositores da ditadura – vão construir a imagem de um Gilberto reacionário, ideólogo *salazarista*. Seria, no máximo, um ficcionista e um ensaísta de talento. Mas não um cientista social. Pior: o charme de sua escrita traria o ovo da serpente de uma visão paralisante da nossa história; sua obsessão em equilibrar antagonismos acabara por engendrar a construção de uma “ideologia da cultura brasileira” de conteúdo desmobilizante, que estaria a encobrir e esvaziar as dominações e as contradições da nossa formação histórica (MOTA, 1990, p.67). Será, então, “silenciado” e banido dos cursos de sociologia de nossas universidades por reacionário e conservador. Responderá apontando – às vezes de forma exaustiva – o prestígio internacional de sua obra.

Hoje os demônios foram, em grande medida, exorcizados e Gilberto “redescoberto” em sua grandeza. Nesta espécie de *glasnost* à brasileira percebe-se o desenvolvimento de um diálogo profícuo entre os dois campos.

Carlos Guilherme Mota, autor de um livro *antifreyriano*, publicado em 1977 é, nos dias correntes, um dos participantes deste diálogo, chegando a dizer que, mesmo no auge da batalha pelo trono das ideias no Brasil, não havia, na USP, intelectual mais importante e interessante que Gilberto Freyre. (MOTA, 2000, p.3). Nesta reavaliação feita pelo autor de *Ideologia da cultura brasileira*, Gilberto Freyre e Florestan Fernandes aparecem como sendo “os dois principais sociólogos-historiadores brasileiros do século XX, representantes de duas escolas de pensamento distintas e de dois projetos de nação” (MOTA, 2001, p.169).

Diante da repercussão obtida pelo regionalismo de Gilberto Freyre e, ainda, por sua presença nos romances de José Lins do Rego, impõe-se que façamos aqui uma exposição dos seus conteúdos e temas mais

recorrentes, indo às suas origens, interpelando os textos onde aparecem em construção, onde foram expostos como programa, num contexto em que assumem a dupla face de instrumentos de compreensão e preservação de valores culturais e, simultaneamente, expressão do proselitismo e da militância intelectual e política do seu autor. Por esse caráter de manifesto se pode conhecer aqueles conteúdos. É essa exposição que faremos no próximo capítulo.